



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 10.097, DE 2018

(Da Sra. Laura Carneiro)

Altera o art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a notificação do Ministério responsável pela política de proteção da criança e do adolescente em caso de desaparecimento de menores de 18 anos, na forma que discrimina.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4857/2012.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a notificação do Ministério responsável pela política de proteção da criança e do adolescente em caso de desaparecimento de menores de 18 anos, na forma que discrimina.

Art. 2º O art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 208.....

.....

§ 2º A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar, também por via eletrônica, o fato aos portos, aeroportos, polícia rodoviária, companhias de transporte interestaduais e internacionais e o Ministério responsável pela política de proteção da criança e do adolescente, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido, a incluir, se possível, sua foto.

§ 3º O Ministério referido no § 2º deverá disponibilizar imediatamente os dados do desaparecido em sítio eletrônico específico”. (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nunca é demais buscar soluções para os casos de desaparecimento de crianças e de adolescentes no Brasil. Dezenas de milhares de menores de 18 anos desaparecem todos os anos em solo brasileiro e o Estado não está sendo capaz de reagir, de impedir que famílias fiquem privadas de seus descendentes em tenras idades.

Uma resposta rápida e coordenada entre os diversos órgãos com competência para atuar nesse problema específico tende a potencializar as chances de sucesso nas buscas pela criança ou pelo adolescente desaparecido.

Assim é que essa nossa proposição legislativa busca incluir o ministério que tenha competência sobre o problema no rol de entes a serem notificados quando da ocorrência de um desaparecimento.

Importantíssima, de igual forma, a definição de que a notificação tenha que seguir, também, por meio eletrônico para agilizar a reação estatal coordenada. Por fim, a ideia de que tais informações, a incluir uma foto do desaparecido, estejam disponíveis em sítio eletrônico específico reforça todo o sistema aumentando as nossas chances de êxito na busca de um final feliz para a crise instalada.

Diante do exposto e com toda a honestidade intelectual possível no sentido de que esta seja uma solução ótima e eficaz, com capacidade real de contribuir com os esforços legislativos similares na mesma direção, apresentamos o presente projeto de lei, solicitando aos pares o máximo de atenção e consideração, visando ao seu aprimoramento e, na sequência, sua aprovação.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2018.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO II

PARTE ESPECIAL

TÍTULO VI DO ACESSO À JUSTIÇA

CAPÍTULO VII DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular:

- I - do ensino obrigatório;
 - II - de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;
 - III - de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 13.306, de 4/7/2016\)](#)
 - IV - de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 - V - de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;
 - VI - de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem;
 - VII - de acesso às ações e serviços de saúde;
 - VIII - de escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.
 - IX - de ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes. [\(Inciso acrescido pela Lei nº 12.010, de 3/8/2009\)](#)
 - X - de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas e aplicação de medidas de proteção; [\(Inciso acrescido pela Lei 12.594, de 18/1/2012, publicada no DOU de 19/1/2012, em vigor 90 \(noventa\) dias após a publicação\)](#)
 - XI - de políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência. [\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.431, de 4/4/2017, publicada no DOU de 5/4/2017, em vigor 1 ano após a publicação\)](#)
- § 1º As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses individuais, difusos ou coletivos, próprios da infância e da adolescência, protegidos pela Constituição e pela Lei. [\(Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 11.259, de 30/12/2005\)](#)
- § 2º A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.259, de 30/12/2005\)](#)

Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
